

# Impactos do programa de aquisição de alimentos na transição agroecológica da comunidade Vila Nova-PE

---

Valdelirio Martins da Silva<sup>1</sup>  
Jorge Luiz Schirmer de Mattos<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Especialista em Convivência com o Semiárido na Perspectiva da Segurança e Soberania Alimentar e da Agroecologia. Engenheiro Agrônomo. Extensionista Rural no Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA. E-mail: valdelirio.martins@ipa.br.

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Doutor em Zootecnia. Coordenador do Núcleo de Agroecologia e Campesinato. E-mail: js-mattos@hotmail.com..

## AGRADECIMENTOS

Ao NAC da UFRPE, ao CNPq/MCT/INSA (EDITAL 35/2010) e à SARA/PE, por intermédio da SEAF e do IPA.

## RESUMO

No semiárido nordestino o PAA se faz sentir em comunidades distantes dos grandes centros como é o caso de Vila Nova, em Dormentes-PE. A partir de 2011 essa comunidade começou a acessar o PAA tendo como principal produto a carne de caprino/ovino. O objetivo deste artigo foi o de analisar os impactos do PAA na transição agroecológica que está em curso em Vila Nova. Para tal se fez uso da sistematização de experiência e do estudo de caso. O acesso ao programa promoveu a geração de mais renda, autonomia, o resgate da identidade sertaneja, o convívio social entre as famílias camponesas da comunidade e da região circunvizinhas e o incremento da segurança e soberania alimentar das famílias. No entanto, percebe-se ainda alguns entraves que têm dificultado o avanço do processo de transição agroecológica com destaque a pouca valorização da carne orgânica e a falta de capacitação continuada dos agricultores, gestores e extensionistas.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Transição agroecológica; Segurança e soberania alimentar.

## Impactos del programa de adquisición de alimentos en la transición agroecológica de la comunidad Vila Nova-PE

## RESUMEN

En el semiárido nordestino el PAA se hace sentir en comunidades distantes de los grandes centros como es el caso de Vila Nova, en Dormentes-PE. A partir de 2011 esta comunidad comenzó a acceder al PAA teniendo como principal producto la carne de caprino / ovino. El objetivo de este artículo fue el de analizar los impactos del PAA en la transición agroecológica que está en curso en Vila Nova. Para ello se hizo uso de la sistematización de experiencia y del estudio de caso. El acceso al programa promovió la generación de más renta, autonomía, el rescate de la identidad sertaneja, la convivencia social entre las familias campesinas de la comunidad y de la región circundantes y el incremento de la seguridad y soberanía alimentaria de las familias. Sin embargo, se percibe todavía algunos obstáculos que han dificultado el avance del proceso de transición agroecológica con destaque la poca valorización de la carne orgánica y la falta de capacitación continuada de los agricultores, gestores y extensionistas.

**Palabras clave:** Políticas públicas; Transición agroecológica; Seguridad y soberanía alimentaria.

## INTRODUÇÃO

A história da região semiárida do Nordeste brasileiro, em especial do sertão pernambucano, é marcada pela interferência do Estado via políticas públicas, cuja espinha dorsal tem sido a temática da seca. Segundo Souza (2006), “o Estado historicamente determinou como e onde os recursos deveriam ser usados para o benefício dos cidadãos”. E assim, a falta de água serviu de justificativa para inúmeras ações governamentais que alimentaram a indústria da seca ao longo da história, variando apenas a roupagem. São inúmeras as iniciativas nesse sentido, algumas datam ainda do governo imperial com a criação da Comissão Científica de Exploração em 1857. No século passado pode-se citar a criação do Ifocs em 1909, que foi transformado em Dnocs em 1946, da Comissão do Vale do São Francisco em 1951, do Banco do Nordeste do Brasil em 1952 e da Sudene em 1959, dentre outras (DUQUE, 2004, p.85). E já naquela época Celso Furtado (2009, p.87) chamava a atenção para o risco de falta de alimento, uma vez que a “agricultura de subsistência produtora de gêneros alimentícios” era “o setor mais afetado pelo regime irregular e a redução da precipitação pluviométrica que determinam o fenômeno periódico das secas”. Não obstante, as ações governamentais não alteraram o comportamento diante das secas que se seguiram no século XX no semiárido:

...reação tardia pressionada pelos governos locais, pelos riscos de perda de controle da situação e pela pressão da opinião pública, a demora na implementação de ações emergenciais, quando a gravidade dos problemas estava avançada e a destinação de recursos para ações emergenciais e o corte de recursos, logo após o período mais grave da estiagem, caracterizando uma descontinuidade das ações (SILVA, 2008, p.73).

Contudo, em 1999, durante a Terceira Sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate a Desertificação que ocorreu em Recife, foi lançado um manifesto assinado por movimentos sociais, entidades religiosas e ONGs em defesa da convivência com a seca. A Declaração do Semi-Árido, como ficou chamada, apresentou um conjunto de propostas e serviu de referência para a criação da Articulação do Semi-Árido (ASA), que hoje congrega cerca de 700 organizações no Brasil (SILVA, 2008).

Mais recentemente conceitos como Agroecologia<sup>3</sup> e sustentabilidade<sup>4</sup> têm se inserido fortemente no discurso sobre as políticas públicas no Brasil. No Nordeste, isso é percebido na medida em que a falta de água passou a ser tratada pouco a pouco como um problema ecológico e suas “consequências relacionadas aos fatores socioeconômicos que predominam na região” (SILVA, 2008, p.155). Mudou-se, portanto, a maneira de focar as políticas públicas que antes abordavam a seca como uma calamidade natural sem solução. Isso se deve grande parte ao protagonismo dos camponeses e suas representações que ocuparam o cenário político com reivindicações e proposições. “De posturas críticas e reivindicativas, a sociedade civil passou a ser propositiva e, mais recentemente, também parceira na execução e cogestão das políticas públicas” (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

<sup>3</sup> A Agroecologia é uma ciência ou conjunto de conhecimento emergente e em construção. Assim vários conceitos, ainda que complementares, têm sido encontrados na literatura. Segundo ALTIERI (2002, p.15) é uma “ciência que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, manejar, desenhar e avaliar agroecossistemas”. Para GLIESSMAN (2001, p.54) é a “aplicação de conceitos e princípios ecológicos no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”. De acordo com NORGAARD e SIKOR (2002, p.59) é a co-evolução sócio-cultural e ecológica dos sistemas sociais e naturais, ou seja, a co-evolução de conhecimentos, valores, tecnologias e organização social com o sistema biológico. Um conceito mais amplo é apresentado por SEVILLA GUZMÁN (2006, p.202), para quem a Agroecologia promove o “manejo ecológico dos

Segundo Diniz e Piraux (2011, p. 228), “os novos atores sociais e políticos que entraram em cena passaram a apresentar um discurso renovador, comprovando, com seus ‘experimentos sociais’, a possibilidade de um desenvolvimento sustentável com base na convivência com o semiárido brasileiro”.

Os discursos abordam agora a convivência com o semiárido e não mais de combate à seca, dando ênfase a necessidade da gestão dos recursos hídricos para de fato efetivar a transição agroecológica<sup>5</sup> e a sustentabilidade dos agroecossistemas<sup>6</sup>, bem como a diminuição da fome e da miséria no sertão. A primeira vista isso parece um pequeno detalhe, mas representa grande diferença. Em verdade implica uma quebra de paradigma na medida em que uma visão de negação das características ecológicas e particularidades da região semiárida dá lugar a um enfoque de aceitação. E parece que essa aceitação sinaliza para uma (re)valorização do modo de vida e das estratégias de convivência do camponês do sertão com o seu meio.

Trata-se de uma nova forma de ver a relação do camponês com o ambiente sertanejo, mas também de reconhecer que “os sertanejos têm pleno conhecimento das potencialidades produtivas de cada espaço ou subespaço dos sertões secos” (AB’ SÁBER, 2003 p.95). Esse autor reforça a ideia de convivência com os fenômenos naturais e suas particularidades, bem como de um tratamento mais adequado ao problema da seca que tem marcado toda a história da região semiárida. Esse entendimento vem ganhando eco e tem se refletido na ocupação de espaços pelos camponeses e suas organizações no tocante a formulação de políticas públicas. Exemplo disso é a formulação de novas políticas públicas de segurança e soberania alimentar para a população brasileira, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Essas políticas como se sabe não surgiram no seio dos movimentos camponeses, mas foram gradativamente apropriadas e incorporadas as suas reivindicações (MÜLLER, 2007). Segundo Conti e D’ávila (2010, p. 21) o PAA,

constitui-se numa estratégia de mercado institucional de alimentos para a agricultura familiar, baseado no atendimento direto às demandas de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais locais. Instituído em 2003, como parte da estratégia Fome Zero, possibilita a aquisição pública de produtos de agricultores familiares a preços estabelecidos, regulando, de forma indireta, os preços definidos pelo mercado e, ao mesmo tempo, garantindo o abastecimento de redes de proteção e promoção social.

Para PLOEG (2010, p. 37) “o fornecimento da merenda escolar, em vez de ficar a cargo de supermercados ou de grandes empresas, foi incorporado a um programa altamente atrativo e eficaz para fortalecer a base de recursos das famílias agricultoras”, sendo necessária uma grande organização produtiva e social neste processo.

Contudo, apesar do protagonismo dos camponeses e suas organizações ainda persiste a velha prática da classe política local, que ao se apropriarem dos novos conceitos de relação com a seca, acabam ditando a execução das políticas públicas no âmbito local e incentivando o clientelismo e a subserviência. Esse parece ser o caso, por exemplo, da distribuição de água via “carros pipa”, cujo controle está nas mãos dos políticos locais.

recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica”.

<sup>4</sup> Sustentabilidade significa coisas diferentes para distintas pessoas, mas há uma concordância de que ela tem uma base ecológica. De acordo com GLIESSMAN (2001, p.52), “é uma versão do conceito de produção sustentável – a condição de ser capaz de perpetuamente colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de se renovar ou ser renovado não é comprometida”. No contexto da agricultura camponesa a sustentabilidade significa alcançar sistemas de ma-

Segundo Furtado (2009) a solução dos problemas do semiárido não está em injetar recursos e subsidiar investimentos, pois estes podem repetir os erros do passado. Esse autor sugere,

... aumentar a resistência das atividades produtivas à seca, particularmente no que diz respeito à produção de alimentos destinados a população local... responsabilidade agora é velar para que não se repitam os mesmos erros, ou melhor, para que não se voltem a adotar falsas políticas de desenvolvimento, cujos benefícios se concentram nas mãos de pequenos grupos (FURTADO, 2009, p.19).

Isso requer a existência de novos mecanismos de controle e de participação da sociedade civil organizada com novas formas de gestão e uso dos recursos financeiros de forma autônoma e livre da influência dos políticos de plantão. Dito de outra forma, há a necessidade de se potencializar o protagonismo camponês na formulação e execução das políticas de modo a se garantir que projetos e ações sejam efetivamente voltados para o desencadeamento de processos de transição agroecológica e de sustentabilidade do semiárido.

A transição agroecológica implica em dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais consubstanciadas na efetiva ação das políticas públicas. Segundo CAPORAL (2009, p. 19), transição agroecológica é “mais do que mudar práticas agrícolas, trata-se de mudanças em políticas e em enfoques econômicos e socioculturais que regem os processos de desenvolvimento”.

Na comunidade Vila Nova, Dormentes-PE, está em curso ainda que incipiente um processo de transição agroecológica em que políticas públicas como o PAA e PNAE estão presentes. Trata-se, por um lado, de um cenário de acentuada degradação ambiental e desigualdade social, que se agravou ainda mais com a forte seca que atingiu a região em 2012. E por outro lado, de uma experiência que surgiu da capacidade de resistência e de inovação do campesinato. O objetivo deste artigo é analisar o acesso e aplicação das políticas públicas, em especial o PAA, e sua influência no processo de transição agroecológica na Comunidade de Vila Nova, Dormentes-PE.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha em março de 2011 da Comunidade Vila Nova para a realização do presente estudo, não se deu por acaso, uma vez que há cinco anos o Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) vem desenvolvendo atividades de extensão rural no município de Dormentes, mesorregião do São Francisco no estado de Pernambuco, onde essa comunidade está localizada.

Essa escolha seguiu os seguintes critérios: a) uma experiência com agricultoras familiares, b) uma associação com bom nível de organização e capacidade de gestão para se detectar as dificuldades e as possíveis soluções advindas do acesso às políticas públicas disponíveis e c) uma comunidade distante dos grandes centros e com difícil acesso à água.

A metodologia usada neste estudo contemplou o uso de técnicas de investigação de caráter quantitativo e qualitativo, como diagrama de Venn, linha do tempo, correio

nejo dos recursos naturais que sejam produtivos, estáveis, adaptáveis, confiáveis e resilientes, que distribuam seus custos e benefícios de maneira equitativa e gerem processos autônomos entre os beneficiários (MASERA et al., 1999).

<sup>5</sup> Segundo CAPORAL e COSTA-BEBER (2004, p.12) transição agroecológica pode ser “entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa idéia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado”.

<sup>6</sup> Agroecossistema é um

comunitário, calendário sazonal, reuniões e entrevista semi-estruturada que fizeram parte da sistematização da experiência usada para analisar o acesso às políticas públicas a partir da ótica das agricultoras envolvidas e auxiliar na coleta de dados (VERDEJO, 2006). De acordo com Flakembach (1995, p.8) “a sistematização, a construção do objeto já demandam análises profundas”. Sendo assim, a análise das políticas públicas realizada durante a sistematização se deu na perspectiva das agricultoras responsáveis por sua operacionalização e das entidades e pessoas beneficiadas com o programa PAA.

Do ponto de vista metodológico o presente trabalho caracteriza-se como um estudo de caso, que de acordo com Yin (2005) é uma maneira de realizar pesquisa intensiva, em que é levado em consideração, a descrição e a compreensão de fenômenos sociais complexos, através das relações dos fatores entre si ou isolados, em um contexto socialmente determinado. Para a execução do estudo de caso lançou-se mão de reuniões e de entrevista semi-estruturada com as agricultoras e as famílias beneficiadas com o PAA.

Durante as reuniões e caminhadas pela comunidade se valeu da observação participante como uma forma de extrair elementos para além daqueles constantes das questões previamente elaboradas (HAGUETTE, 1992). As observações foram devidamente registradas em caderno de campo e auxiliaram posteriormente no processo de análise. Também foram feitas consultas a entidades locais a fim de se obter dados secundários relativos ao espaço estudado e à população e sua forma de organização.

A análise do PAA restringiu-se mais especificamente a modalidade de doação simultânea, que é operada em Vila Nova, e que favorece os chamados circuitos curtos de comercialização.

## **BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS**

O PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003 de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2003), regulamentado pelo Decreto nº 6.447 de 07/05/2008 (BRASIL, 2008) e alterado pelo Decreto no 6.959 de 7 de setembro de 2009 (BRASIL, 2009). O PAA surgiu como uma importante ação do Projeto Fome Zero para promover o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar, a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (MÜLLER, 2007). Também surgiu com o propósito de contribuir com a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permitir aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos (MDS, 2012).

O Programa envolve a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Isso não só desburocratizou o processo de compra dos alimentos como também permitiu que os camponeses passassem a operar, através de suas organizações, com o mercado institucional.

Os produtos oriundos do PAA são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; equipamentos públicos de alimentação e nutrição como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social.

local de produção agrícola, uma propriedade agrícola, por exemplo – compreendido como um ecossistema (GLIESSMAN, 2001, p.52) antropizado. São sistemas agrícolas dentro de pequenas unidades geográficas com ênfase nas interações entre as pessoas e os recursos de produção de alimentos dentro de uma área específica (ALTIERI, 2002, p. 85).

O montante de recursos destinados ao PAA variou ao longo dos anos e entre as regiões do Brasil. Entre 2003-15 as regiões Sul (R\$1.096.257.466,00) e Nordeste (980.286.905,00) foram as que captaram o maior volume de recursos.

O volume total de recursos disponibilizados desde a criação do PAA até 2015 ultrapassou a cifra de 3,3 bilhões de reais. Esses números consolidam o PAA como o segundo maior instrumento de política pública voltada a agricultura familiar, ficando atrás apenas do Pronaf que atingiu pouco menos de 30 bilhões de reais, conforme anunciado no Plano Safra 2015/2016 pelo governo federal. Contudo, em que pese o volume crescente de recursos ainda há pouca abrangência do PAA, que atendeu, em 2012, apenas 4,2% do universo de quase 4,4 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar existentes no Brasil (HESPANHOL, 2013; SAMBUICHI et al., 2014).

Segundo VIANA e VIEGAS, (2012) ao todo o PAA atendeu cerca de 106.600 famílias em 2011 e 712.913 famílias ao longo de nove anos de existência.

De acordo com o CONSEA (2012) outras mudanças foram implantadas a partir de 2012 para desburocratizar a operacionalização do PAA principalmente nas localidades mais pobres (Quadro 1).

Ítem	Mudanças	
	Antes	Agora
Contrato	Por convênio	Por adesão
Contrapartida financeira	Com	Sem
Auxílio financeiro	Sem	Com
Repasse do recurso	Transferência para estados e municípios	Diretamente ao agricultor
Sistema	Descentralizado	Informatizado e centralizado

Quadro 01. Mudanças com o novo modelo de PAA. Fonte: adaptado de SECOM, apud MDS (2012).

Nessa nova modalidade do PAA os estados e municípios são parceiros no cadastramento, na assistência técnica, no acompanhamento das famílias, no cadastramento das entidades, no atestado do recebimento dos alimentos, sem a necessidade de contrapartida. Já os recursos são repassados diretamente para uma conta benefício que aberta no Banco do Brasil especialmente para o agricultor, que poderá sacar o dinheiro via cartão bancário.

O PAA compreende cinco modalidades: compra direta, compra direta local com doação simultânea, formação de estoque, PAA leite e compra com doação simultânea (MDS, 2012).

Segundo MDS (2012) a modalidade compra da agricultura familiar com doação simultânea é a aquisição de alimentos de agricultores familiares e destinados a entidades que compõem a Rede de Proteção e Promoção Social, que tenham programas e ações de acesso à alimentação. Esta modalidade permite a aquisição de alimentos *in natura*, processados e industrializados. O fornecimento de produtos orgânicos é privilegiado, sendo possível inclusive o pagamento de valores diferenciados para esse tipo de alimento (até 30% a mais do que o valor pago para o alimento convencional). Contudo, o fornecimento de produtos orgânicos ao PAA é muito pequeno, ou seja, em 2012 foi de apenas 3%, equivalente a 13,4 milhões de reais. As regiões que se destacaram na venda de produtos orgânicos ao PAA desde 2009 são: Sul, Sudeste e Nordeste (SAMBUICHI et al., 2014).



O PAA tem contribuído para reconectar a produção ao consumo local, respeitando a sazonalidade, a proximidade, os atributos de qualidade, o saber-fazer local e as relações sociais (GRISI et al., 2011), atributos que se combinam com justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição etc. (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

O maior impacto do PAA nas unidades produtivas é aumento do volume e diversificação da produção (ALVES et al., 2011; AGAPTO et al., 2012; MALUF, 2015). Isso tem facilitado a inserção no mercado local, contribuindo para aumentar a receita monetária da família e a segurança e nutrição alimentar dos agricultores e dos beneficiários (COCA, 2016; RODRIGUES ASSIS et al. 2017). Além da segurança alimentar e nutricional, o PAA tem significado novas perspectivas para a sua reprodução social e imprimido nova dinâmica de desenvolvimento (BECHER e ANJOS, 2010).

Segundo os agricultores, dentre as dificuldades por eles encontradas na operação do PAA estão: atraso e descontinuidade da liberação dos recursos, falta de controle social, dificuldade de se adequar a legislação sanitária, mobilizar ar os documentos, preços baixos, dentre outros (SAMBUICHI et al., 2014; CARVALHO e PEDROSO NETO, 2016)

### **CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE VILA NOVA, DORMENTES-PE**

A comunidade Vila Nova está localizada a 18 km da cidade de Dormentes-PE, sua origem se deu a partir da construção de uma estrada que ligou a sede do município ao Distrito de Lagoas no ano de 1989. Na ocasião um dos aterros dessa estrada foi aproveitado para construir uma barragem, cujo entorno foi ocupado por famílias camponesas. Sob lonas pretas e pés de umbuzeiros, o número de famílias foi aumentando. Construíram-se barracos e casas e em 1992 foi criado o povoado que hoje se denomina de Vila Nova, onde vivem 61 famílias, totalizando 190 pessoas. As áreas dos roçados variam de 10 a 15 ha, são distantes da barragem e a água é apenas para consumo humano e animal, sendo irrigada apenas a horta comunitária.

O primeiro acesso as políticas públicas em Vila Nova ocorreu com o Pronaf e mais tarde com a Bolsa família. As atividades produtivas das famílias da comunidade Vila Nova em geral envolvem cultivos em “roçados” (milho, feijão e macaxeira), quintais produtivos (frutíferas, plantas medicinais e criação de galinha), horta comunitária e a caprinovinocultura. Dos roçados e dos quintais as famílias retiram os alimentos que compõem a dieta do núcleo familiar.

Da horta comunitária saem as hortaliças que enriquecem a alimentação das famílias e também geram alguma renda na venda do excedente. A horta foi concebida por um grupo de mulheres da Associação de acordo com os princípios da agricultura orgânica com enfoque agroecológico, fato que tem dado visibilidade a comunidade na região. Foi através da implantação da horta que a comunidade deu os primeiros passos para a transição agroecológica. Isso vem se dando via a adoção de práticas ecológica de cultivo, com a busca da segurança e soberania alimentar e com a inauguração de novas relações sociais entre as mulheres e a comunidade baseadas na solidariedade e reciprocidade, etc.

A caprinovinocultura é a atividade econômica principal das famílias camponesas de Vila Nova. Isso se deve a tradição do município, pois desde há muito tempo que Dormentes é considerado um dos maiores produtores de caprinos e ovinos de Pernambuco.

Na verdade, subjacente a criação de caprinos e ovinos nos sertões nordestinos há toda uma simbologia que retrata a histórica resistência e convivência dos sertanejos desde a ocupação dos vários sertões. Antigamente, a criação de bodes e ovelhas era conhecida como “teimosia de gente pobre”, uma “atividade marginal e sem futuro” pelos grandes proprietários de terras e donos de muitas posses nos sertões do nordeste. Mas, para os camponeses era a garantia de boa alimentação da família através da carne e do leite como fonte de proteína, especialmente para as crianças, e da pele que servia como “moeda” de troca para as necessidades mais urgentes das famílias (NOBRE, 2007, p.1). Tratava-se, em última análise, de um forte instrumento de resistência camponesa ao sistema capitalista e excludente então vigente. E nos dias de hoje não é diferente, pois a criação de caprinos e ovinos já faz parte do cenário nordestino e da cultura sertaneja. E foi essa tradição que provavelmente possibilitou a oferta de carne e a entrada da Comunidade Vila Nova no PAA.

## **O ACESSO AO PAA PELA COMUNIDADE VILA NOVA**

O acesso da comunidade Vila Nova ao PAA, veio consolidar o empoderamento da mesma, pois resultou da iniciativa dos próprios moradores e não de políticos de plantão, sendo mais uma vitória da luta constante por mudanças da sociedade civil organizada. Nesse caso a ideia partiu da Associação dos Pequenos Agricultores de Vila Nova (Associação) e se deu por intermédio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDS) de Dormentes-PE. Das reuniões do CMDS para as reuniões da Associação se definiu coletivamente o tipo e a quantidade de produto, e as famílias que iriam aderir ao PAA. O produto escolhido para comercialização foi a carne caprina e/ou ovina em função do tamanho do rebanho e da tradição das famílias com essa atividade.

O acesso ao PAA pela comunidade Vila Nova começou em maio de 2011 com 10 famílias fornecedoras. O contrato inicial foi feito com duração de seis meses sendo que cada família encarregou-se de fornecer mensalmente 87,5 kg de carne, totalizando 525 kg por família e 5.250 kg ao todo.

Os animais eram abatidos no próprio local, com fiscalização da vigilância sanitária do município. Isso porque no PAA doação simultânea, existe a flexibilidade de se comercializar produtos de origem animal apenas com um laudo da vigilância sanitária em municípios onde não existe o Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Imediatamente após o abate a carne era pesada e distribuída para as famílias consumidoras. Ao todo foram atendidas 128 famílias em 2011, maior parte da própria comunidade e de comunidades circunvizinhas (Umbuzeiro dos Santos, Poço do Negro e Maravilha), sendo distribuído em média 1,4 kg/mês de carne por pessoa, ou seja, uma família com três pessoas recebia o equivalente a 4,2 kg/mês.

Não houve diferenciação dos preços pagos pela Conab, ou seja, incremento em até 30% no valor pago aos produtos orgânicos, pois o manejo do rebanho em alguns casos ainda não é considerado orgânico, em função do uso eventual de herbicidas nas pastagens e do tratamento alopatóico de ecto e endoparasitas, proibidos pelas normas de produção orgânica (MAPA, 2011).

## **IMPACTOS DO PAA NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA**

Os impactos do acesso do PAA no processo de transição agroecológica da comu-



nidade de Vila Nova-PE foram analisados sob o ponto de vista da: (1) renda e autonomia (2) relações sociais e identidade (3) segurança e soberania alimentar das unidades familiares.

## RENDA E AUTONOMIA

A agricultura familiar camponesa é sabidamente quem mais gera postos de trabalho no meio rural. Segundo o IBGE (2010) “os estabelecimentos da agricultura familiar absorvem 74,4% da mão-de-obra ocupada na agropecuária”. Também é a agricultura familiar camponesa quem apresenta maior retorno econômico por área sendo responsável por aproximadamente 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Não obstante, é um setor da produção que passou a receber significativamente incentivos em termos de políticas públicas muito recentemente, com advento do Pronaf. A mão-de-obra e a assistência técnica têm sido fatores limitantes da produção familiar, mas é na comercialização que em última análise residem as maiores dificuldades da pequena produção que não raro fica a mercê de intermediários, que geralmente não remuneram a contento o trabalho e a produção das famílias. Esse fato que tem sido superado com o advento do PAA, pois segundo Sparovek (2006):

Um aspecto muitas vezes não considerado nas análises do PAA - além do apoio à produção para o autoconsumo, do excedente para a comercialização e do subsídio ao consumo - são os benefícios indiretos obtidos pelos produtores, com a recuperação dos preços de seus produtos. Isso tem ocorrido tanto nos locais de abrangência dos polos de compra da CONAB, quanto em outros, onde são realizadas as compras institucionais, através dos convênios firmados pelo MDS com os estados e prefeituras municipais (SPAROVEK, 2006, p.36).

De fato o acesso ao PAA pela comunidade Vila Nova a partir de 2011 não só elevou os preços da carne caprina e ovina na região, remunerando melhor os agricultores, mas também passou a regular os mercados. Isso conferiu maior tranquilidade, estabilidade e autonomia para as famílias caprinovinocultoras produzirem e comercializarem. Com a venda da carne ao preço de R\$ 8,00/kg cada família recebeu em torno de R\$ 700,00/mês. Em que pese os descontos dos custos de produção, a margem líquida dessa atividade poderia gerar uma renda familiar que seria considerada baixa se comparada à realidade urbana (R\$1.056,00), mas substancial se comparada a renda rural da população economicamente ativa no Brasil (R\$ 453,00), ou do Nordeste (R\$ 296,00) (IPEA, 2010, p. 9).

As famílias estimam ainda que houve um aumento de aproximadamente 40% nos valores recebidos com a venda da carne (carcaça), que passou a ser pesada na balança. Ocorre que anteriormente a “pesagem” na venda para os intermediários era feita com base no peso vivo, ou seja, com o animal “em pé” ou “no olho”, ocasião em que “se perdia praticamente todo o lucro da atividade”, segundo depoimento das agricultoras envolvidas com PAA. Essa má remuneração dos agricultores e a dependência dos compradores, “consequência do mercado estrangulado e distorcido em benefício dos intermediários” são óbices que precisam ser superados para aumentar a eficiência do abastecimento de gêneros alimentícios à população nordestina (DUQUE., 2004, p.360).

As demais rendas agrícolas, advindas dos roçados e dos quintais são pouco significativas do ponto de vista monetário, mas de grande valia na alimentação e economia das famílias. O mesmo não pode ser dito da renda oriunda das atividades não agrícolas (vendas de bombons, roupas, etc.) e de programas sociais (aposentadoria, pensão, bolsa família e bolsa escola) que agregam valores substanciais a renda familiar, como é o caso de algumas famílias de Vila Nova.

Os impactos positivos do PAA na economia da comunidade são sentidos diretamente no incremento da renda das famílias, mas talvez a maior prova disso seja o fato de que o número de famílias fornecedoras cadastradas aumentou de 10 para 16 no acordo firmado já em 2012 com a Conab, bem como nos novos investimentos que estão sendo feitos nos criatórios. E os reflexos dessas mudanças se fizeram sentir também na busca de outras políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para fornecer alimentos para a merenda da escola da comunidade. Contudo, o que mais parece ter impactado a comunidade foi o resgate da cultura e da valorização da identidade sertaneja com a volta, ou melhor, dizendo, a maior presença porque que nunca desapareceram, dos animais na paisagem árida do sertão e o sabor, o aroma da carne caprina e ovina na mesa de muitos sertanejos de Vila Nova e comunidades circunvizinhas. É precisamente a esse camponês, nascido e criado no sertão, que a experiência do PAA está à serviço em Vila Nova.

## **RELAÇÕES SOCIAIS E IDENTIDADE**

Os relatos dos moradores de Vila Nova indicam que melhorou a interação entre as pessoas da própria comunidade e com as comunidades circunvizinhas. A execução do programa fez com que pessoas da comunidade e arredores, muitas vezes até parentes próximos que não trocavam “dois dedos de prosa” se aproximassem mais e melhor, embora isso pareça não ser um objetivo do PAA. As primeiras impressões é que a política não sinaliza para uma aproximação ou estreitamento das relações entre aqueles que produzem e os que consomem os alimentos, para além da relação mercadológica ou assistencial. Parece que o importante para a política é as famílias receberam a doação de alimentos na forma de produto/mercadoria, sem se considerar toda a simbologia que permeia o ato de produzir e compartilhar os alimentos. Em sendo isso verdade, perde-se uma grande oportunidade de fortalecer e aprimorar as relações econômicas e sociais desses atores locais, bem como as interações das ações coletivas e as políticas públicas (SABOURIN et al., 2005).

Não obstante, em Vila Nova, no dia da “matança” (abate dos animais) e entrega da “carne” (do produto às famílias beneficiadas com o PAA), representantes da Associação, que são na maioria mulheres, promovem uma verdadeira confraternização. Trazem de casa bolos, doces e outras guloseimas feitas com as vísceras (coração, fígado, rins, etc.), que são doados ou vendidos aos membros da comunidade e as famílias atendidas pelo PAA. Também preparam outros atrativos tradicionais que são vendidos para arrecadar fundos para a Associação. Nesses dias também se realiza paralelamente uma pequena feira de produtos orgânicos oriundos da horta comunitária.

A horta parece ser a “menina dos olhos das mulheres da Associação. Não é para menos, pois segundo elas “tudo começou com a implantação da horta”. Isso pode ser verificado nos depoimentos a seguir: “A horta foi e é nosso cartão postal”. “Foi com a horta que veio o projeto de incentivo a comercialização e que se construiu a unidade de

beneficiamento” (via Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - CONTAG/BIRD). “E depois veio o PAA e agora o PNAE”. A experiência com a horta e a feira, com a organização do trabalho coletivo e as relações de confiança desenvolvidas entre as mulheres potencializou ao seu conjunto assumir a direção da Associação, que coordenam até hoje. O laço de solidariedade estabelecido entre as mulheres da Associação atingiu tal nível que “ninguém voltava com produto da feira para casa, que eram ou trocados ou comprados pelas demais”. É esse grau de entrosamento, companheirismo e transparência adquiridos na experiência com a horta que as mulheres levaram para gestão da Associação. Daí a ocupação de espaços no CMDS do município e as ações coletivas por elas coordenadas como foram e estão sendo o caso do PAA e mais recentemente do PNAE.

## SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR

Sabe-se que segurança e soberania alimentar vêm sendo objetivo de várias ações e novas formulações de políticas públicas que se baseiam em dois princípios que são o direito a alimentação adequada e saudável e soberania alimentar que muitas vezes o foco muda de rumo seja pelo governo ou por representantes do agronegócio que vêm a segurança como sinônimo de produzir muito. O conceito de segurança e soberania alimentar não engloba apenas comer regularmente e em quantidade suficiente. Segundo documento do FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR realizado em Havana/Cuba em 2001, citado por MALUF (2011, p.23b):

Soberania alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos.

Com o advento do PAA na comunidade Vila Nova a maior parte da produção de carne caprina e/ou ovina desde 2011 foi destinada a alimentação de famílias camponesas da própria comunidade e região circunvizinhas. Trata-se de um exemplo de desenvolvimento local, em que as famílias são incentivadas a produzir e consumir alimentos produzidos na própria comunidade. Ademais, as carnes caprina e ovina são as preferidas e as principais fontes de proteína das famílias sertanejas. Ao todo foram 128 famílias que passaram a receber mensalmente carne caprina e/ou ovina, sendo 1,4kg por pessoa da unidade familiar, mas em casos excepcionais (famílias com muitos membros, com pessoas deficientes ou sem renda) essa quantidade era acrescida em aproximadamente mais 1,0 kg.

Neste sentido podemos afirmar que a atividade da caprinovinocultura das famílias camponesas dessa comunidade vem sendo responsável pela melhoria da alimentação das famílias camponesas da comunidade e região circunvizinhas gerando segurança alimentar. Quiçá isso possa se estender por vários anos e atender a grande demanda de

famílias pobres dessa comunidade e região.

Segundo a avaliação das famílias beneficiárias, que passaram a se alimentar com a carne disponibilizada pelo PAA houve melhoria significativa da alimentação com o consumo de carne caprina e/ou ovina, cuja origem é conhecida e a qualidade garantida por se tratar de produção da própria comunidade. Outra vantagem mencionada pelas famílias consumidoras foi o fato de receberem a alimentação “na porta de casa”, pois o abate dos animais e a distribuição era feita na própria comunidade.

## **ENTRAVES NA OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA**

Segundo as normas do PAA é possível remunerar a produção orgânica com até 30% de acréscimo no preço pago aos produtos. Contudo, isso na prática tem sido pouco atrativo para os fornecedores. Exemplo disso é o preço pago pela carne caprina orgânica em Pernambuco, cujo diferencial chega apenas a 12,28%, ou seja, a carne convencional está sendo comprada a R\$8,00 e a carne orgânica a R\$9,12. O mesmo ocorre com outros produtos, de tal modo que tem valido mais a pena aos agricultores venderem os produtos orgânicos em outros circuitos de comercialização. Talvez isso explique, pelo menos parte, da pequena percentagem dos recursos do PAA usados na comercialização de produtos orgânicos (3%) até o momento. Em Pernambuco apenas três municípios estão fornecendo ou forneceram carne caprina orgânica ao PAA em 2012: Triunfo, Jatúba e Mirandiba.

Outro aspecto que pode estar limitando a produção de alimentos orgânicos, principalmente de origem animal, é a falta de uma capacitação continuada dos extensionistas e agricultores em produção animal orgânica ou de base agroecológica. Em Vila Nova isso poderia iniciar com a realização de intercâmbios com os produtores de Triunfo, Jatúba ou Mirandiba. Também o atraso no pagamento das parcelas pela Conab foi apontado como um entrave pelos agricultores de Vila Nova, fato que requer necessariamente maior agilidade na liberação dos recursos e a capacitação também dos gestores. Isso adquire maior importância se o governo pretende atingir as localidades mais pobres com o Plano Brasil Sem Miséria, onde provavelmente as prefeituras são também menos aparelhadas e provavelmente apresentem deficiente qualificação do quadro administrativo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A venda direta ao mercado institucional via PAA (compra com doação simultânea), agregou valor ao produto carne caprina/ovina, pelo simples fato de retirar a figura do intermediário do processo de comercialização em Vila Nova-PE. Todavia, para que a agricultura camponesa consiga manter-se viva diante da competição e exclusão do mercado capitalista é preciso desenvolver novas formas e alternativas de trabalho, geração de renda e sobrevivência. Daí a importância da agricultura camponesa não ficar atrelada somente a um mercado, neste caso ao mercado institucional a mercê do governo de plantão, mas também criando novos mercados a exemplo das feiras e redes de comercialização. Nesse sentido a diversificação de produtos tanto para o mercado institucional quanto para mercados alternativos pode ser uma estratégia providencial para diminuir os riscos e a instabilidade na geração de renda. Talvez a diversificação dos produtos ofertados ao PAA e ao PNAE, juntamente com a intensificação da produção na horta e a retomada da feira livre como é a intenção da Associação possam se constituir nessa alternativa em Vila Nova. Contudo, um maior impacto no setor produtivo de Vila Nova poderia vir da adesão dos sistemas produtivos do roçado e criação animal aos princípios da agricultura

de base agroecológica, a exemplo da horta comunitária. Embora os preços pagos pelos produtos orgânicos ainda não sejam atrativos no mercado institucional, a exemplo da carne caprina, há um forte crescimento da demanda por produtos orgânicos em toda sociedade, que está disposta a pagar um preço justo por produtos de melhor qualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB' SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 159 p.

AGAPTO, J.P.; BORSATTO, R.S.; ESQUERDO, V.S.; BERGAMASCO, S.M.P.P. avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) em campina do monte alegre, estado de são paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, v. 42, n. 2, p.13-21. 2012.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. 592p.

ALVES; V.O.; VIEIRA, N.S.; SILVA, T.C.; FERREIRA, P.R. O associativismo na agricultura familiar dos estados da Bahia e Minas Gerais: potencialidades e desafios frente ao programa de aquisição de alimentos (PAA). **Administração Pública e Gestão Social**, v.3, n.1, p. 66-88, 2011.

BRASIL. Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília, DF: DOU, 7 de maio de 2008. 3p.

BRASIL. Decreto no 6.959 de 7 de setembro de 2009. Dá nova redação aos arts. 3o, 4o e 5o do Decreto no 6.447, de 7 de maio de 2008, que regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília, DF: DOU, 16 de setembro de 2009. 2p.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 3 de julho de 2003. 7p.

BRASIL. **Plano Brasil Sem Miséria**. Disponível em: <http://www.brasilemmiseria.gov.br/documentos>. Acesso em: 10/07/2012. 40p.

BECKER, C.; ANJOS, E.S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, 17, v.1, p.61-72, 2010.

CAPORAL, F. R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. Brasília: MDA, 2009. 36 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA, 2004. 24p.

CARVALHO, G.S.; PEDROSO NETO, A.J. O programa de aquisição de alimentos no Tocantins: as condições sociais de realização de mercados com práticas de acesso individuais e coletivas. **Redes**, v. 21, n.3, p. 258 - 276, 2016.

COCA, E. L. F. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá.** 357 f. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT, Unesp. Presidente Prudente, 2016.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Preços praticados no PAA.** Disponível em: <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1135&t=2>. Acesso em: 07/07/2012.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Programa de Aquisição de Alimentos tem novo modelo. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/noticias/noticias/2012/07/programa-de-aquisicao-de-alimentos-tem-novo-modelo> Acesso em: 10/07/2012.

CONTI, I. L. et al. **Programa de aquisição de alimentos: uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.** GenteSAN, v. 3, Passo Fundo: IFIBE, 2010. 84p.

CRUZ, K.M.S. **Análise da Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Companhia Nacional de Abastecimento no período 2003-2015: estudo de caso sobre a modalidade Compra com Doação Simultânea.** Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Escola Nacional de Administração pública. 42f. 2016. Brasília. 2016.

DIEESE. Departamento Intersindical Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Política de Valorização do Salário Mínimo: Considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2011.** Disponível em: 1347831636/\*\*<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A-7C816A2E7311D1012FE442AE132A46/>

DIEESE\_notaTec93salarioMinimo2011.pdf. Acesso em: 10/07/2012. (Nota técnica, 93, 2011).

DIEESE. Departamento Intersindical Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Política de valorização do salário mínimo.** 2016. 12p. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec153SalarioMinimo2016.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017. (Nota técnica, 153, 2016).

DINIZ, P. C. O. PIRAUX, M. Das intervenções de combate à seca às ações de convivência com o semi-árido: Trajetória de “experimentalismo institucional” no semi-árido brasileiro, **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 26, n. 2, p. 227-238, 2011.

DUQUE, J.G. **Perspectivas nordestinas.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2004. 423p.

FLAKEMBACH, E. M. F. **Sistematizando: Juntando cacos, construindo vitrais.** Ijuí: Unijuí, 1995. 10p. (Cadernos UNIJUÍ, Série Educação 23).



FURTADO, C. O nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. In: FURTADO et al. **O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. p.15-29.

FURTADO, C. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste ( GTDN) (1959). In: **O Nordeste e a saga da Sudene: 158-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. p.83-164. (Arquivos Celso Furtado, v.3)

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2001. 653p.

GRISA, C.; SCHMITT, C.J.; MATTEI, L.F.; MALUF, R.S.; LEITE, S.P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v.8, n.3, p.34-41, 2011.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **RESR**, v. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2015.

HESPANHOL, R.A.M. Programa de aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, v.25, n.3, p.469-483, 2013.

HAGUETTE, M.T. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992. 224p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 2006: **Uso da terra e produção**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **PNAD 2008: primeiras análises - setor rural**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2010. 24p. (Comunicados IPEA, 42).

MALUF, R.S.; BURLANDY, L.; SANTARELLI, M.; SCHOTTZ, V.; SPERANZA, J.S. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.20, n.8, p.2303-2312. 2015.

MALUF, Renato S. **Segurança alimentar e nutricional**. 3. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, 174p.

MAPA. Ministério da Agricultura Abastecimento e Pecuária. **Instrução Normativa 46 de 6 de outubro de 2011**. Brasília, DF: DOU, n.194, p.4, 7 de outubro de 2011

MASERA, O.; ASTIER, M.; LÓPEZ-RIDAURA, S. **Sustentabilidad y manejo de recursos naturales: El marco de evaluaci3n MESMIS**. México: Mundi Prensa, 1999. 160p.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório da propostas aprovadas na plenária final. Versão preliminar. **CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA**, 1, Brasília, 23 a 26 de abril de 2012. Anais... Brasília: CONDRAF, 2012. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/portal/condraf/noticias/item?item\\_id=9761165](http://www.mda.gov.br/portal/condraf/noticias/item?item_id=9761165). Acesso em: 04/07/2012.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **O Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimento-seabastecimento/paa>. Acesso em: 08/07/2012.

MÜLLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**. 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre.

NOBRE, F. V. **A caprinovinocultura no Rio Grande do Norte**. Aspectos mercadológicos na Grande Natal. 2007, p.1 Mimeo.

NORGAARD, R.B.; SIKOR, T.O. Metodologia e prática da **Agroecologia**. In: ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. P. 53-83.

PLOEG, J. D. V. D. Entre a dependência e a autonomia: o papel do financiamento para a agricultura familiar, **Revista Agriculturas**, v. 7, n. 2, p. 37, 2010.

RODRIGUES DE ASSIS, S. C.; PRIORE, S. E.; CASTRO FRANCESCHINI, S. C. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência & Saúde**, v.22, n.2, p.617-626, 2017.

SAMBUICHI, R.H.R.; GALINDO, E.P.; OLIVEIRA, M.A.C.; MOURA, A.M.M. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação (PNAE). In: SAMBUICHI, R.H.R.; SILVA, A.P.M.; OLIVEIRA, M.A.C.; SAVIAN, M. (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014. p.75-104

SABOURIN, E.; DUQUE, C.; DINIZ, P.C.O.; OLIVEIRA, M.S.L.; GRANCHAMP, L.F. O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no nordeste. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 293-306, maio/ago. 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E. **De la sociología rural a la Agroecología**. Barcelona: Icaria, 2006. 255p.

SILVA, R.M.A. **Entre o combate à seca e a conviência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008. 276p. (Série BNB Teses e Dissertações, 12)

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n.16, p.20-45, 2006.

SPAROVEK, G. Estudo comparado sobre a efetividade das diferentes modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA NE. In: **Avaliação de políticas e programas do MDS: Resultados**; v. 1, Brasília, DF: 2007. p.18-48.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. COTRIM, D.; RAMOS, L. (Rev.) Brasília: MDA/ SAF, 2006. 62 p.

VIANA, C. A. S. et al. Evolução das aquisições de produtos orgânicos do PAA, de 2009 a 2011. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1133&t=2>. Acesso em 08/07/2012. 3p.

VIANA, C. A. S. et al. O acesso da agricultura familiar brasileira às políticas públicas: a evolução do programa de aquisição de alimentos. SOBER, 5p.

VIANA, C. A. S.; VIEGAS, G.L. **PAA** – evolução das operações. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1133&t=2>. Acesso em 08/07/2012. 9p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SILVA, Valdelirio Martins da; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de; SOUZA. Impactos do programa de aquisição de alimentos na transição agroecológica da comunidade Vila Nova-PE. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 5, n. 2, p. 138-154, 2017. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 15 Mai. 2017

Aceito em: 15 Ago. 2017